



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

Ronda do Quarteirão:

Proposta de polícia comunitária ou um novo modelo de policiamento?

FRANCISCO RIVANILDO MOURA BRITO

Fortaleza-Ceará

2009



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

Ronda do Quarteirão:

Proposta de polícia comunitária ou um novo modelo de policiamento?

FRANCISCO RIVANILDO MOURA BRITO

Monografia de pesquisa apresentada como trabalho final como requisito para o título de especialista do Curso de Especialização em Policiamento Comunitário – Turma 1, da Universidade Federal do Ceará.

Fortaleza-Ceará

2009



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

Título: Ronda do Quarteirão: Proposta de polícia comunitária, ou um novo modelo de policiamento?

AUTOR: Francisco Rivanildo Moura Brito

NOTA OBTIDA:

ORIENTADOR (A)

Profa. Dra. Rosemary de Oliveira Almeida
Orientadora

A Deus por ter me dado sabedoria e paciência e também aos meus pais Maria de Fátima Moura Brito e Raimundo Dantas de Brito que persistiram na minha educação e contribuíram para o meu conhecimento como pessoa a buscar vida nova e conhecimento, **dedico**.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela oportunidade e pelo privilégio que nos foram dados em compartilhar tamanha experiência, e poder frequentar este curso, fazer novas amizades com professores e alunos, compartilhando novos conhecimentos nas discussões e atividades em sala de aula e levando conhecimento para a vida.

A nossa orientadora **Rosemary de Oliveira Almeida** pelo incentivo nas atividades.

A todos os professores pelo carinho, dedicação e entusiasmo demonstrado ao longo do curso.

Aos demais idealizadores, coordenadores e funcionários da Universidade Federal do Ceará.

Aos colegas de classe pela espontaneidade e alegria na troca de informações e materiais numa rara demonstração de amizade e solidariedade.

A minha família pela paciência de tolerar nossa ausência e aos amigos que incentivaram a cada elogio prestado.

E, mais uma vez ao autor da vida, Deus.

SUMÁRIO

1. Introdução	07
2. Origens das polícias militares	10
2.1 Origem da polícia militar do Ceará.....	13
2.2 A reformulação da polícia militar do Ceará.....	14
2.3 A Secretaria de Segurança Pública e Defesa da Cidadania (SSPDC).....	16
2.4 A Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS)	17
3. Conhecendo o programa Ronda do Quarteirão	18
4. “Ronda” um novo modelo de polícia	25
5. Atuação do Ronda pelas lentes de Rondantes e Comunidade	27
5.1 Integrantes do Ronda	27
5.2 Visita Comunitária	32
6. Considerações finais	37
Referências bibliográficas	40
Anexos	42

1. INTRODUÇÃO

Compreender a segurança pública no Brasil é perceber que se trata de um marco histórico na política nacional, dentro de um novo paradigma iniciado pelo Programa Nacional de Segurança Pública com cidadania (Pronasci). Que o processo de segurança pública deve ser discutido e pensado com trabalhadores da área de segurança, sociedade civil e poder público para, juntos, decidir princípios para a política nacional de segurança pública.

O crescimento da criminalidade urbana carrega em si o aumento do medo e da sensação de insegurança. Transforma o cotidiano das cidades e aparta, de maneira profunda, grupos sociais.

Tal complexidade evidencia, no entanto, que esse é um desafio a ser enfrentado coletivamente. Ao Estado, em seus diversos níveis, cabe garantir direitos por meio da implementação de políticas públicas eficientes nos resultados; à sociedade cabe participar da vida cotidiana com cidadania exigindo seus direitos e exercendo seus deveres. Por meio desses fatos é que governos e sociedade se dinamizam, o primeiro, no campo da Segurança Pública implementando políticas de renovação policial, e o segundo, exercendo sua cidadania participativa, cobrando direitos e garantias, de acordo com nosso ordenamento jurídico.

O interesse pelo tema, veio pelo fato de ser profissional da área de segurança pública a mais de dez anos, bem como a intrínseca relação de pesquisador com o tema e atuação miliciana, com foco no programa “Ronda do Quarteirão” o qual sou integrante. O interesse maior veio em decorrência da participação no Curso de Especialização em Policiamento Comunitário da Universidade Federal do Ceará (UFC). Esse curso se desenvolveu em convênio com o Programa Nacional de Segurança Pública (Pronasci) e ampliou o interesse pela participação na 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública. Tal evento envolveu uma série de etapas, entre elas, as conferências Estaduais, as municipais eletivas e preparatórias, as conferências livres, a conferência virtual, os seminários temáticos e outras ações que possibilitaram a minha participação na delegação das etapas municipais e Estadual, mas infelizmente, não

sendo eleito como delegado para a etapa Nacional por ter renunciado minha candidatura.

Como se pode perceber, não apenas trabalho na área de segurança pública, como também sou estudante das questões relacionadas à temática, da violência e estou inserido, além de, sofrer a mesma violência que a sociedade civil é vitimada, pois a violência atingiu a todos, classes sociais, grupos, profissões diversas, enfim, diferentes pessoas dispostas nos diferentes espaços sociais. Entretanto, é bom que se ressalve que a violência, apesar de ter essa característica difusa de estar em todo lugar, também é extremamente seletiva, pois atinge espantosamente as populações das periferias das cidades. Na verdade ela tem classe, tem cor, tem o tipo de escolaridade, tem sexo e idade, já que atinge mais os moradores de favelas, os negros, os menos escolarizados e os homens jovens. Todas as pesquisas têm apontado para essas características tanto de vítimas quanto de agressores.

A pesquisa apresentada tem como foco o programa “Ronda do Quarteirão,” que é um programa implementado como política de segurança pública pelo governador do Estado do Ceará “Cid Ferreira Gomes”. O atual modelo de polícia disponibilizou veículos tipo Hilux, que estão equipadas com computador de bordo, um megafone, rádio e um telefone móvel para comunicação da sociedade diretamente com os policiais, de sua área, um perímetro de 1,5 a 3 km, que foi implementado como policiamento pacificador de aproximação da comunidade.

Desenvolvendo o trabalho, deparei-me com diversas situações históricas. No caso histórico da origem das polícias militares na gênese das Forças Armadas do País, pois que era por intermédio destas que se requisitava o pessoal para determinadas missões policiais em virtude da inexistência então, de órgãos encarregados, especificamente, do serviço de policiamento. Passamos pelo processo de redemocratização do País, com o surgimento de modelos de policiamento comunitário, porém observa-se ainda uma centralização do comando das polícias e uma formação destes policiais voltados para o militarismo, que é inverso a polícia pacificadora de aproximação.

O trabalho foi organizado em três vertentes ou capítulos, são eles: o primeiro trata do histórico da criação das polícias militares brasileiras, “A pesquisa histórica” –

trata-se de uma pesquisa cuidadosa, metódica, de dados e fatos verídicos que foi buscada na gênese das Forças Armadas do País para determinadas missões policiais, por falta de órgãos encarregados, no serviço de segurança pública especificamente. No segundo trata-se do Programa Ronda do Quarteirão a “polícia da boa vizinhança”, analisando sua origem, fundamentação e observando a sua sistemática e implementação. E o último capítulo traz uma análise sobre o Ronda, como proposta de polícia comunitária ou um novo modelo de policiamento.

O presente trabalho analisa as mudanças operadas na área de segurança pública no Ceará com a criação de uma proposta de policiamento comunitário denominado Ronda do Quarteirão, a polícia da boa vizinhança com o objetivo de aproximar a polícia da comunidade, tentando compreender esta dinâmica da segurança pública que está sempre em transformação, seja com novos programas de segurança pública ou a preocupação com a paz social diante do comportamento da humanidade.

2. ORIGENS DAS POLÍCIAS MILITARES

Compreender as instituições policiais atualmente requer grandes ligações do passado, pois as instituições policiais que são responsáveis pela segurança pública no Brasil tiveram uma estratégia separatista de instituições que geram o seu próprio estereótipo não formando o ciclo completo de polícia, onde uma é totalmente ostensiva e preventiva como é o caso da polícia militar e a outra investigativa que é o caso da polícia judiciária do estado, ou seja, polícia civil.

Antes de escrever sobre polícia é necessário observar o processo sócio-histórico do Brasil numa cultura em que a polícia foi baseada no autoritarismo da época em plena ditadura militar e que foi vivenciada pelo povo até meados dos anos de 1990, que atingiu diversos grupos sociais, como estudantes, artistas, cantores, o direito de livre expressão e o direito de imprensa. A instituição policial foi marcada pela cultura do autoritarismo e da intolerância que, muitas vezes, se fez presente em práticas de violência policial, como braço forte armado do Estado para resolver problemas com a idéia de segurança pública.

Portanto, a história nos lembra que nada se daria se não tivéssemos tido um passado com o princípio de lei anterior que definiu na Constituição Federal Brasileira; de texto constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988, como se formaria a segurança pública brasileira, precisamente no artigo 144. Da segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: (EC n 19/98). Polícia Federal; Polícia Rodoviária Federal; Polícia Ferroviária Federal; Polícias Civis; Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares. (CFB).

Podemos observar que no processo de constitucionalização dos órgãos de segurança pública, as polícias militares e corpos de bombeiros foram denominadas como forças auxiliares e reserva do Exército. Com base constitucional percebe-se qual a missão e objetivos focando na polícia militar o seu principal objetivo que é a polícia ostensiva e preventiva.

Porém, para entendemos melhor o histórico das gênesis das polícias militares, devemos fazer um breve histórico como tudo começou para que possamos compreender como se reformulou, as polícias militares que, constitucionalmente, possuem a incumbência de atuar na segurança pública, como já foi falado no parágrafo anterior.

O pesquisador ou historiador deve orientar suas buscas na gênesis das Forças Armadas do País, pois era por intermédio destas, principalmente nos elementos de suas 2ª. e 3ª. linhas, que se requisitava o pessoal para determinadas missões policiais, em virtude da inexistência, então, de órgãos encarregados, especificamente, do serviço de policiamento.

Para que bem se possam interpretar os textos dos relatos antigos, no que se refere às forças armadas, é bom que se defina o que representa o verbete linha.

A primeira linha compreendia as forças permanente, até a república, conhecida como “tropas de linha”, constituíam-se com as três armas, infantaria, cavalaria e artilharia. A segunda linha, só compreendendo infantaria e cavalaria, correspondia aos antigos auxiliares. (Magalhães, 1954, pág. 215.)

Quando o fidalgo português Tomé de Sousa aportou no Brasil, em 1549, como governador e capitão-general da nova terra, com ele chegaram as primeiras instituições oficiais para a direção da nova colônia.

Excelente administrador deslocava-se, freqüentemente, aos núcleos populacionais em formação na colônia, em viagens de inspeção e de providências. E, por onde passava, ele e seus auxiliares imediatos, iam sendo criados “pelourinhos, cadeias, artilharia para fortins, medidas de segurança”, além das providências de nomeação e demissão de funcionários.

Até a chegada de D. João ao Brasil, em 1808, a organização geral da colônia era nitidamente militar. Natural e lógico que os portugueses transplantassem para seus novos domínios os usos e costumes da metrópole, bem como a organização das suas instituições.

Quando da descoberta e colonização do Brasil, suas forças armadas eram constituídas de tropas de linha e ordenanças e, a partir de 1570, das milícias.

Além da primeira e segunda linha, formava-se uma terceira linha, com a antiga organização das ordenanças, compreendendo unidades de infantaria e de cavalaria e algumas de caráter muito especial como companhias de chacareiros e forasteiros, a que pertenciam todos os não-alistados nas outras mencionadas linhas. As duas últimas formavam as milícias.

O recrutamento era ordenado pelo vice-rei ou capitão-general, bem como a indicação dos oficiais de milícias era da competência dessas autoridades. Tempos em que a oficialidade era escolhida por eleição.

No início do século XV mantinha-se a formação das Milícias pagas e dos Terços. Cada terço dispunha de dez companhias de cem homens cada uma. Essas tropas eram comandadas por um mestre-de-campo e tinha a missão de manter a ordem interna das capitânicas.

O primeiro terço criado no Brasil, em 22 de junho de 1625, foi sediado na Bahia para guarnição da cidade, com efetivo de mil homens e foi comandado pelo sargento-mor Pedro Corrêa da Gama. É esta considerada a primeira tropa permanente brasileira.

Com o passar dos tempos foi abandonada a denominação de terços. Tais unidades passaram a se chamar regimentos e os terços Auxiliares de Companhias de Ordenanças e Milícias que, a partir de 1831, tiveram sua correspondência na Guarda Nacional.

Por carta Régia de 20 de janeiro 1699 foram criados os terços de Ordenanças para o interior do País, com a missão de auxiliarem a justiça e a Fazenda pública, afora as atribuições normais das Forças Armadas. De certa forma ficaram caracterizadas, aí, missões policiais.

Após 1796, foram classificados como de 2ª. Linha, com seus integrantes, já percebendo soldo, quando mobilizados para o serviço de guerra. Daí seu nome de milícias pagas.

No ano seguinte, 1797, os terços auxiliares são transformados em regimento de milícias. Estas eram a reserva natural do país e tinham um caráter muito mais civil do que militar.

Ainda em 1831 foi criada a Guarda Nacional, por Decreto de 18 de agosto desse ano, determinando a extinção dos Corpos de milícias e ordenanças, tão logo se organizasse aquela nos diversos municípios.

É de mera importância analisarmos esses fatos históricos, que foram pesquisados por historiadores que merecem reflexão ao analisamos as mudanças na segurança pública brasileira.

2.1. Origem da Polícia Militar do Ceará

A Corporação foi criada pela Resolução Provincial n. 13, de 24 de maio de 1835, com o nome de Força policial, quando era presidente (governador) da província do Ceará o Padre senador José Martiniano de Alencar. O Ato Adicional, de 12 de agosto de 1834, suprimiu o Conselho de Estado, criou as Assembléias Legislativas dando a estas o direito de “fixar sob informação do presidente da Providência à Força Policial respectiva” (art. 11, parágrafo 2º). Em obediência a este dispositivo constitucional, o Presidente da Província, o Padre José Martiniano de Alencar, criou, pela referida Lei, a Força Policial da província.

Somente no ano de 1841 é que o efetivo da Força Pública policial se elevou a 211 praças, formando um Estado-Maior e duas Companhias de infantaria, passando a ser comandada por um capitão com graduação de major.

Alencar fez de seus objetivos uma realidade. Naquela época aventada, ele era presidente Provincial do Ceará e, entre outros feitos, formalizou a Força Policial, que após sofrer várias transformações institucionais recebeu o nome de Polícia Militar.

A nova corporação militar não tinha um regulamento expreso. É o que se conclui da afirmativa de Alencar, sugerindo à Assembléia a imitação do que se fez no

Piauí, fosse decretado que ficasse aludido Corpo “inteiramente debaixo do regulamento Militar, pois ao contrário ele jamais teria a disciplina que se requer para bem poder preencher o fim a que é destinado”.

Podemos observar que, no processo de criação da polícia militar do Ceará foi criada uma nova instituição que não se apresentava como nova na sua estrutura de funcionamento, mas somente com um novo nome passando de Força Policial, para polícia militar sem a criação de um regulamento e sim a deixando como cópias das Forças Armadas que eram instituídas para guerras, e não voltadas para a missão de segurança pública.

No contexto de nossa investigação com a criação e implantação a polícia militar está comprometida com a segurança social na solução dos conflitos gerados pelas elevadas tensões, fruto não só das nossas disparidades econômicas, como também do surgimento de organizações criminosas, tráfico de armas e drogas que assolam toda população Brasileira.

Como vimos nos parágrafos anteriores, estudamos como surgiram as polícias militares brasileira, dando ênfase para o surgimento da polícia militar do Ceará com o embasamento na Constituição Federal do Brasil e falamos um pouco de sua missão e objetivos no passado que se estende até os dias de hoje que é a garantia da segurança pública para a sociedade cearense.

2.2. A reformulação da Polícia militar do Ceará

Mesmo com a redemocratização do País, com a promulgação da nova constituição, não foi mudado o modelo de polícia e não foi pensado como deveria ser a polícia, talvez por ser um braço forte armado do Estado, ou pelo simples fato de governantes não se preocuparem com a violência no País que assolam principalmente as pessoas que têm menor poder aquisitivo, trabalhadores, especialmente residentes pobres, negros e jovens das periferias urbanas.

Diante disto, temos uma instituição que não evoluiu junto com a sociedade para oferecer segurança de qualidade. Basta consultar a população e as fontes: boletins de ocorrências policiais, conselhos tutelares; para concluir que temos altos índices de violência, que aumentou drasticamente o número de homicídios e na sua maior parte homens jovens são vitimados.

Diante desses fatos, governantes pensam em uma forma de dar cara nova à polícia e desenvolver um novo modelo de segurança pública, que tente pelo menos, se não resolver, dar maior controle aos índices de criminalidade que é um dos desafios da segurança pública.

O processo de constituição dos centros metropolitanos do País foi acompanhado pela elevação sensível das taxas de criminalidade. Roubos, furtos, seqüestros e, sobretudo, homicídios vêm afetando de maneira cada vez mais grave o cotidiano das grandes capitais brasileiras como é o caso de Fortaleza.

Esse cenário conjugado tem conseqüências em campos diversos e que podem ser percebidas pelos diferentes setores da sociedade. Além de produzir um número alarmante de vítimas, o crescimento da criminalidade urbana carrega em si o aumento do medo e da sensação de insegurança.

Diante da percepção de que os níveis de violência alcançados nos dias atuais alimentam a descrença e a desconfiança institucional a população passa a ter uma polícia que não confia e passa a ter a concepção de tentar fazer justiça com as próprias mãos, não registrando boletim de ocorrência, pois já não crê nas instituições.

É preciso reconhecer que a segurança é garantia na condição de direito de todo cidadão, é uma premissa, além de ser um direito fundamental como foi narrado nos parágrafos que antecedem quando transcrevi o art. 144 da Constituição Federal que trata da segurança pública.

A segurança do cidadão fica, portanto, em um projeto político que tenha em seu horizonte a promoção de uma sociedade igualitária e justa e conseqüentemente instituições fortes e legais, para que não tenhamos uma sociabilidade construída sobre bases perversas, capaz de cristalizar uma cultura violenta da resolução de conflitos.

Diante do agravamento da criminalidade no Ceará, com a facilidade da potenciação do crime pelo uso de armas de fogo, tráficos de drogas deflagradas, evidencia-se o grau de complexidade que caracteriza o fenômeno da violência e da criminalidade urbana.

2.3. A Secretaria de Segurança Pública e Defesa da Cidadania (SSPDC)

É merecedor de destaque que governos passados já se preocupavam com um novo projeto de segurança pública, uma preocupação crescente porque a situação de violência se agravava e já atingia setores políticos e de elite. A Secretaria foi, então, criada em 16 de maio de 1997, sob a denominação de Secretaria de Segurança Pública e Defesa da Cidadania do Estado do Ceará (SSPDC), através da lei estadual n 12.691.

Com a criação desta Secretaria veio a implantação do que foi chamado de Distrito - Modelo que foi um programa de política de segurança pública no Estado do Ceará, que foi concebido com a finalidade de integrar as ações das polícias civil, militar e corpo de bombeiros, para trabalharem em prol da melhoria da segurança do cidadão e do patrimônio, privilegiando a cidadania, a redução da criminalidade e a credibilidade dos órgãos de segurança pública.

Conforme folder institucional da então SSPDC consta que os distritos modelos são espaços delimitados da capital e área metropolitana, compostos por unidades do corpo de bombeiros militar, por distritos policiais e por companhias da polícia militar para o atendimento integrado de ocorrências policiais e bombeirísticas na área de circunscrição de seus bairros. Empregavam equipamentos de última geração em tecnologia para o combate ao crime e modernos meios de comunicação para transmissão de dados, com elevado grau de sigilo.

Ocasionou que o estado do Ceará, com a implantação do distrito modelo, deu um grande passo na segurança do Estado do Ceará, mas com diversos problemas principalmente internos, que eram os trabalhadores dos órgãos que acabavam não se entendendo por serem de instituições diferentes na sua organização interna como é o

caso da polícia militar com a idéia de trabalhar dentro da delegacia, quando há uma hierarquia e disciplina diferente da dos policiais civis, seja pela herança histórica, seja pela formação militar.

Alguns passos relevantes merecem reflexão, ao analisarmos as mudanças de modelos de polícia desde a sua gênese até os dias atuais, que passam governos criam e implantam novos modelos de polícia e por serem modelos de polícia em planos de governos, acabam sucumbindo com as mudanças dos seus idealizadores.

2.4. A Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS)

A então Secretaria de Segurança Pública e Defesa da Cidadania do Estado do Ceará (SSPDC), que foi criada em 1997, se extinguiu e esta pasta recebeu nova denominação em 07 de março de 2003, com o advento da lei estadual n 13.297, passando a se chamar Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS). Com a extinção da então Secretaria da Segurança Pública que controlava exclusivamente a Polícia Civil e a criação dessa nova pasta, o poder executivo Estadual objetivou vincular na sua estrutura a coordenação, o controle e a integração das ações da Polícia Civil, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar, dos institutos de Polícia Científica e da Corregedoria que passou a ser única, subordinada diretamente ao secretário. Percebeu-se depois, que com a nova mudança de governo, as ações na área passaram por período de profundo retrocesso.

Podemos observar o processo de mudanças e desafios que vem sofrendo a segurança pública no Estado do Ceará, uma complexidade que se evidencia, a cada nova administração. No entanto passa a ser um desafio que deve ser enfrentado pelo Estado, hoje administrado pelo governador Cid Gomes que foi eleito pelo povo cearense. No campo da Segurança Pública alavancou como principal promessa de campanha política, uma nova política de segurança pública que diz respeito à diminuição da violência e combate ao crime e garantir direitos da cidadania através do Programa Ronda do Quarteirão; a Polícia da boa vizinhança.

3. CONHECENDO O PROGRAMA RONDA DO QUARTEIRÃO

A partir do título do trabalho, lançamos mão de questionar as ações e diretrizes do Programa Ronda do Quarteirão, que se trata de uma proposta de polícia comunitária ou um novo modelo de policiamento. De maneira geral, podemos considerar que é um novo modelo de polícia, pois como falamos no capítulo anterior, o Estado já desenvolvia nas décadas passadas modelos de policiamento que se assemelham às parcerias entre polícia e comunidade. O que é questionado por vários setores sociais como polícia, intelectuais, mídia, políticos e parte da população é que novo modelo é este, o que tem de novo, o qual sua proposta do ponto de vista prático já que fora criado em 2007 e o que se observa após dois anos de existência.

Segundo as pesquisas de Paulo Mesquita Neto e Beatriz Stella Afonso (1998), o policiamento comunitário surgiu nas décadas de 1970 e 1980 em países da América do Norte e da Europa Ocidental.

No contexto de minha investigação percebe-se que o programa Ronda do Quarteirão é um projeto bastante ousado.

O programa Ronda do Quarteirão foi implementado no Estado do Ceará em novembro de 2007, em cinco áreas piloto, e depois expandido em vinte e dois de fevereiro de 2008, quando foi ampliado de setenta e seis para noventa e uma áreas abrangendo todos os bairros de Fortaleza. Em 12 de junho de 2008 houve a expansão do programa para mais 20 novas áreas, abrangendo por completo as regiões de Fortaleza, Caucaia e Maracanaú. Em junho de 2009, o governador do Estado implantou o projeto nos municípios de Juazeiro do Norte e Sobral.

As áreas do projeto-piloto possuem cerca de três quilômetros quadrados, sendo selecionadas entre bairros nobres, comerciais e da periferia.

Nas outras áreas, os critérios considerados são os mais variados, para que se avaliem todas as dificuldades possíveis. "Um dos pontos não terá as ruas asfaltadas, para vermos o tempo de atendimento. (afirma o secretário de segurança pública,

Roberto Monteiro, (Jornal O Povo de 06 de março 2007). O estado levará perfis diferentes de violência, topografia, fluxo de pessoas e comércio”.

O objetivo com a implantação do Ronda do Quarteirão é o atendimento rápido à população, ou seja, atender ocorrências em até cinco minutos. O tempo estipulado foi com base em critérios adotados em outros países que utilizam sistemas semelhantes.

Podemos considerar que o “Ronda” foi uma das principais promessas de campanha e, hoje, há toda uma expectativa social de que ele seja de fato o modelo final de um projeto de policiamento comunitário, de uma política de segurança pública do governo Cid Gomes.

O programa elegeu como centro de confluência dos interesses comuns de segurança um núcleo urbano geo - referenciado, com uma área de 1,5 a 3 quilômetros quadrados, onde existe um número de telefone que corresponde ao número da viatura.

As características teóricas do projeto do Ronda tem fundamento na filosofia de polícia comunitária, que como avaliamos é um projeto novo e bastante audacioso diferente das políticas de Segurança da década passada, que foi chamado de Distrito Modelo, em que o contato com os conselhos comunitários de defesa social nos distritos e delegacias e nas companhias da polícia militar eram integrados.

A permanência da mesma equipe de policiais em cada área de serviço proporciona aos moradores um laço de confiabilidade perdido pela polícia tradicional.

As evidências empíricas do dia a dia, no entanto, têm demonstrado, por meio de fatos do cotidiano denunciados pela imprensa e pela população, muito mais, um modelo alternativo que conjuga proximidade das viaturas com os bairros e população, mas ainda, um tratamento policial nos mesmos moldes tradicionais; ostensividade, prisões, violência policial etc. São estes os principais desafios do programa.

Inicialmente, o programa implantou cinco áreas de Fortaleza, como falei no parágrafo anterior, área residencial de população com predominância operária, com grande fluxo de pessoas e cidades dormitórias, foram os aspectos escolhidos por decisão do chefe do poder executivo, são elas:

1. Aldeota (Meireles, Praia de Iracema)
2. Centro
3. Bom Jardim
4. Jangurussu
5. Conjunto Jereissate 1,2 e 3 (Maracanaú)

Após a implantação dos projetos pilotos, as demais áreas seguiram um cronograma definido no projeto original que culminou com total de 122 (cento e vinte e duas) áreas, sendo 91 (noventa e um) em Fortaleza, 22 (vinte e duas) em Caucaia e 09 (nove) Maracanaú em 12 de junho de 2008.

O gerenciamento desse programa é realizado por uma equipe multidisciplinar, grupo especial de trabalho Ronda do Quarteirão que divide tarefas e atribuições, além de acompanhamento de melhorias e correções.

O Programa Ronda do Quarteirão é dotado de política inovadora de atuação e necessitou de modernização tecnológica para a atuação da Polícia Militar do Ceará, servindo de modelo e espelho para outras corporações militares no Brasil. Foi apresentada pelo programa, e com elevados custos toda uma tecnologia.

- Software Geo - referenciado que representa visualmente as ocorrências criminais, dispondo-as no mapa da cidade e acrescentando as informações pertinentes que possibilitem a análise diária das dinâmicas criminais, passando assim, a efetivamente agir com a inteligência policial.
- Monitoramento eletrônico das viaturas, possibilitando a auditoria e a fiscalização das ações desenvolvidas.
- Atualização como facilitador integrando as diversas instituições nas ações de prevenção primária.

A segunda fase do programa Ronda contemplou o interior do Estado; Sobral, Crateús, Canindé, Itapipoca, Juazeiro do Norte, Barbalha, Crato e Iguatu foram as primeiras cidades a receber o programa, em sua segunda fase. Na região metropolitana, os municípios contemplados são: Maranguape, Pacatuba, Guaiuba, Itaitinga, Horizonte, Pacajus, Chorozinho, Euzébio, Aquiraz e São Gonçalo do Amarante. Essa fase está prevista para o ano de 2010.

Os custos do programa vieram com a compra de viaturas tipos Hilux Sw4 no valor estimado de 165 mil reais cada, o que presumiria gastos de mais de 70 (setenta) milhões em viaturas para implantação do projeto. Segundo o secretário de segurança pública Roberto Monteiro, foram gastos 57 milhões para sua implementação. (Jornal, O Povo de 06 de março de 2007).

O governador do Estado do Ceará apresentou, como justificativa dos elevados gastos em viatura e equipamentos de última geração, a valorização do policial. Nas palavras do governo Cid Gomes, destaca: “temos hoje o que melhor existe no mundo em tecnologia. Estamos sempre procurando avançar. (origem: [Pt.wikipedia.org/wiki/Ronda do Quarteirão](http://Pt.wikipedia.org/wiki/Ronda_do_Quarteirão)) O “Ronda” conta com viaturas 4x4 equipadas com câmeras, computador de bordo, e Gprs, celular, e motos off- road, que servem de apoio.

O sistema, de maneira geral consiste em disponibilizar para cada equipe doze policiais, divididos em três turnos de oito horas. A equipe, no início do programa, ficava composta em cada turno de oito horas por três policiais, dois deles compondo uma viatura Hilux Sw4 e uma motocicleta com motociclista de apoio. As duas viaturas, o automóvel e motocicleta, transitavam juntos durante o dia e durante a noite; o componente da motocicleta agregava-se à equipe que transitava na Hilux. Essa foi a metodologia usada no início do programa; atualmente foram retirados os motociclistas de apoio às viaturas e integrados a outra motocicleta, que fazem patrulhas na área da viatura, porém não mais segue a viatura como no início. A mudança desse processo aconteceu depois que vários motociclistas se acidentaram colidindo na traseira da própria viatura que davam apoio e por outros motivos, dentre tantos o fato de que o motociclista ficava sozinho e durante uma ocorrência isso seria inviável de acordo com as técnicas de abordagem policial.

Nos primeiros dois meses houve balanço do programa em que se criticou o preparo dos policiais no uso do veículo disponibilizado. Policiais novos, entre dezoito e vinte e quatro anos, e apresentação de altos índices de acidentes, envolvendo viaturas do programa. Entretanto, a imprensa divulgou balanço positivo naquele período, com cinquenta e uma armas de fogo apreendidas e cento e oitenta e uma prisões em flagrante. (Jornal O Povo de 06 mar 2007)

Aos seis meses do programa Ronda do Quarteirão, o Jornal O Povo divulgou que 85% da população estava satisfeita com o projeto, ainda que tenha destacado um aumento dos registros de roubos e furtos. Segundo “O Povo”, houve também um aumento do número de prisões em flagrante como resultado de maior presença policial. E aumento do número de apreensões de armas de fogo em 24,45% em relação ao mesmo período do ano anterior. (Jornal O Povo de 25 de junho de 2008). Como proposta de aproximação entre polícia e população, a direção do projeto de segurança pública disponibilizou o telefone daquela viatura, a foto dos componentes da equipe e seus nomes são apresentados em panfleto distribuídos nas residências e comércios em cada perímetro. O objetivo do programa com essa medida seria fazer com que a população se tornasse próxima dos policiais de sua área. Todos os moradores daquele perímetro reconheceriam por nome e fotografia os policiais que lhe atenderiam, ou estariam à disposição. Entretanto, tão objetivo ainda carece de maior aproximação e tempo de permanência dos policiais nas visitas às casas, haja vista que tem-se observado que, devido as várias chamadas para atender ocorrências, não sobra tempo para tal atividade no cotidiano do Ronda.

A abrangência do Ronda na capital foi de noventa e uma áreas para cento e sete áreas, como já citei veículos tipo Hilux, equipados com computador de bordo, megafone, rádio e telefone móvel.

Pindoretama e Cascavel são duas cidades interioranas que contarão com o efetivo de trinta e quatro policiais em quatro viaturas, três para Cascavel e um para Pindoretama. Total, são cento e cinquenta e duas viaturas do Ronda fazendo a segurança na Grande Fortaleza atualmente.

Apresentamos a distribuição de viaturas para o Ronda do Quarteirão na região Metropolitana:

- Aquiraz – 4
- Cascavel- 3
- Caucaia - 22
- Chorozinho -1
- Euzébio – 3
- Fortaleza – 91

- Guaiuba – 1
- Horizonte -2
- Itaitinga -2
- Maracanaú -9
- Maranguape -4
- Pacatuba – 3
- Pacajus -3
- Pindoretama – 1
- São Gonçalo do Amarante – 3

Podemos perceber que o programa “Ronda do Quarteirão: a polícia da boa vizinhança” é uma criação de uma proposta de policiamento comunitário vista por alguns setores sociais com bastante polêmica. Também tem sido visto pela sociedade como novo modelo de polícia, dando uma nova cara a polícia militar cearense, pois foi resgatada a imagem da corporação. Após o lançamento do Ronda, muitos pensavam que se tratava de uma outra instituição. Acreditamos por usar uma nova abordagem, novo fardamento de cor azul, criticados pelos policiais tradicionais que diziam que isso não seria cor de farda de polícia tachando como “vigias de condomínios ou playmobil”. (Comentários internos comuns entre os policiais militares da tropa mais antiga)

Portanto, é merecedor de destaque que o Ronda do Quarteirão: a polícia da boa vizinhança veio com modificações, trazendo novas estratégias de policiamento e boa aceitação do povo cearense.

Alguns pontos relevantes merecem reflexão ao Programa Ronda do Quarteirão com toda sua estrutura de investimento em equipamentos caros, não procurou resolver seus problemas internos. Foi lançado como polícia comunitária para a sociedade e não desenvolveu a polícia comunitária internamente com seus integrantes. Não cuidando da parte interna os problemas começaram a transparecer de forma clara e desvios de comportamento começaram a ocorrer levando a população a denunciar. São duzentas e dez denúncias que estão sendo investigadas contra policiais do Ronda do Quarteirão desde o começo do ano 2009. Na Corregedoria Geral dos Órgãos de Segurança Pública no Ceará há uma pilha de processos. Alguns casos já foram comprovados através de fotos, áudios e vídeos, como a história dos policiais vândalos

que destruíram criminosamente equipamentos mecânicos e de informática instalados nas modernas viaturas. Sabotagem utilizada para encobrir crimes dos militares. Outro fato bastante divulgado trata-se da viatura que se transformou em motel e da destruição de equipamentos. Há ainda registro de supostas extorsões, cerca de noventa notícias sobre violação de direitos do Cidadão. Espancamentos, torturas, abusos de poder, invasão de domicílio.

Enfim, diversos pontos negativos do Programa Ronda saíram na imprensa, como truculência, envolvimento em vários delitos etc. O Ronda, apesar da grande aceitação, atualmente já não é tão aceito assim, e nem tem se comportado como Policiamento Comunitário; é mesmo ostensivo, reativo continuando o mesmo processo da antiga polícia de resolver os problemas como polícia de emergência que verdadeiramente é, falhando amplamente em relação à metodologia de Policiamento Comunitário divulgada e publicada pela sua equipe de implantação.

A enxurrada de denúncias contra o Ronda do Quarteirão, principal aposta na área da Segurança Pública do Governo Cid Gomes e que contou com a boa aceitação da população tem levado diferentes setores sociais a refletir sobre a eficácia do programa, causando certo “desgosto” de uns que acreditam na sua derrocada, e esperanças em outros que esperam por melhorias nos quadros e nas atividades do Ronda.

4. “RONDA” UM NOVO MODELO DE POLÍCIA

Mesmo diante das críticas e desvios apontados no capítulo anterior, observa-se que, traçando comparativo de ações policiais e projetos, buscando sintetizar a sistematização da prática policial, percebemos que o programa “Ronda do Quarteirão”, à medida que vem assistindo a uma transformação e vem ampliando os espaços de debate e o conjunto de atores interessados e envolvidos com o tema, tem influenciado a formulação de segurança pública e encontrado pontos de ações e projeto comparativo de sistematização de práticas policiais em uma política de Segurança Pública .

É merecedor de destaque que com o lançamento do Ronda as pessoas se sentiram mais potencializadas e com mais sensação de segurança, seja pelo aumento do número de viaturas circulando a cada três quilômetros quadrados, seja pelo telefone da viatura, onde a comunidade fala diretamente com o policial, não precisando se identificar numa denúncia, aumentando o número de denúncias que antes não era participado com a polícia, por medo de denunciar um indivíduo e depois essa pessoa ser revelada e correr riscos por ter denunciado.

O atual modelo de polícia traz uma dinâmica que é a visita ao domicílio, para que o cidadão passe a conhecer os policiais por nome e os policiais passem a ter informações da comunidade quem são os infratores, e que problemas relacionados ao bairro podem ser resolvidos pelos moradores e policiais.

Esse é o modelo padrão de lançamento do Programa, porém na prática esse trabalho não é potencializado pelos comandantes. Na maioria das vezes, a prioridade é a ocorrência e não a visita domiciliar e quando acontece a visita a orientação é que seja rápida já que há uma exigência de que se faça dez visitas por cada oito horas de plantão, e com tempo determinado de quinze minutos por visita.

Podemos perceber que, com a criação do Programa Ronda do Quarteirão com o objetivo de implementar o policiamento comunitário para a solução de problemas há um direcionamento da atenção da polícia para os problemas que estão por trás dos incidentes, do que para os incidentes em si. O policiamento comunitário enfatiza o estabelecimento de parcerias de trabalho entre a polícia e as comunidades, para reduzir

o crime e aumentar a segurança. Essa é a teoria do Policiamento Comunitário, mas não tem acontecido assim no Ronda.

A idéia central do Ronda do Quarteirão é propiciar aproximação dos profissionais de segurança junto à comunidade onde atua, ou seja, criar condições para que a polícia possa ser vista não apenas como um número de telefone ou uma instalação física referencial. Para isto é necessário um amplo trabalho sistemático, planejado e detalhado.

Existe diferença entre polícia comunitária e policiamento comunitário, chegando mais próximo das definições; na prática polícia comunitária como filosofia de trabalho difere de policiamento comunitário, ação de policiar junto à comunidade.

De acordo Rosemary Almeida “o policiamento comunitário apresenta-se como uma lógica em que a interação entre policiais e cidadãos comuns é uma exigência e uma necessidade. Não é apenas mais um programa simpático da área da Segurança Pública. É uma Política de Segurança Pública, experimentada nos mais diferentes cantos do mundo, com formas inventadas e reinventadas de acordo com as características espaciais e culturais de cada lugar.”

A idéia do Ronda do Quarteirão seria implementar uma filosofia e uma estratégia organizacional que proporcionam uma nova parceria entre a população e a polícia, algo que ainda se espera acontecer.

5. ATUAÇÃO DO RONDA PELAS LENTES DOS RONDANTES E COMUNIDADE

5.1 Integrantes do Ronda

No que se refere a metodologia do trabalho, primamos uma pesquisa participativa, de análise documental e revisão de referências temáticas. Portanto, a análise dos dados foi realizada com base nos relatos presenciados no dia-a-dia de trabalho comunitário das ações do programa Ronda do Quarteirão, ao qual o autor integra. Utilizamos formulários semi-estruturados, de questões abertas e objetivas que caracterizassem o plano de análise focado nos objetivos da pesquisa e observações empíricas para analisar o condicionamento do programa junto aos policiais e comunidade atendida prioritariamente pela sexta companhia do quinto batalhão (6ª CIA / 5º BPM), em Fortaleza, no bairro de Antônio Bezerra. A delimitação da área de atuação da pesquisa e dos policiais em questão, bem como a comunidade, encontra-se em anexo, segundo o mapeamento de atendimento e atuação do Núcleo de Policiamento Comunitário de Antônio Bezerra (NPCAB).

Por razões de ética e de seguir o código de conduta militar, os policiais militares aqui entrevistados tiveram nomes e iniciais suprimidos por completo para evitar represálias e punições, visto a opinião militar seguir normas situacionais passíveis de sanções específicas, dependendo de cada opinião pública sem autorização de chefes imediatos. Dessa feita, tal procedimento foi realizado para viabilizar maior desenvoltura de falas e relatos de cada entrevistado.

Durante a pesquisa tive o prazer de entrevistar alguns policiais militares do Ronda do Quarteirão, que me receberam com muita ternura e resolveram falar um pouco do seu trabalho como policial que trabalham com a filosofia de aproximação da comunidade.

Alguns desses policiais atuam na instituição militar a mais de dez anos, e foram convidados para integrar o Ronda do Quarteirão desde o seu lançamento, pois se

encontrava no perfil exigido pelo programa Ronda para que policiais militares tidos como antigos pudessem participar do programa. Alguns critérios exigidos foi ser um policial com faixa etária de trinta anos, e ser bastante disciplinado sem nenhuma punição em todo esse tempo, nem mesmo por advertência, o que é difícil chegar como informa o entrevistado, por ser difícil o trabalho policial, pois sempre uma parte de quem estar envolvido numa ocorrência será presa ou processada pelo agente da lei ou o Estado de direito.

O Programa Ronda do Quarteirão é um programa do governo como já falei anteriormente, e o governo Cid Gomes já estava sendo pressionado pela sociedade que clamava por segurança. E pela Assembléia Legislativa, principalmente a oposição que criticava o governo pelo ainda não lançamento da política de Segurança Pública, prometido em campanha política. Era intenção do governo lançar o “Ronda” com novos policiais que ainda se encontravam em formação, sem condições de assumir de pronto o novo modelo de policiamento e, como já mencionei então, devido à pressão social ao governo foi lançado o programa Ronda do Quarteirão com os policiais considerados pela tropa da instituição policial militar “antigos”.

Houve toda uma preparação militar e comunitária para os policiais militares atuarem no Ronda, pois eram policias que não possuíam filosofia de polícia de aproximação e, sim, o modelo tradicional, isto é, reativo, polícia que age na emergência. “Então passamos por um curso ministrado por oficiais da polícia militar que já estavam no programa e que tinham sido convidados para formarem policiais para o Ronda, por terem filosofia de polícia comunitária”, complementa um dos entrevistados, afirmando:

Confesso que entrei na instituição policial militar a dez anos, por necessidade e não por ideal que é o que todo bom profissional deve ter é um ideal, mas com o passar dos anos até pensei em sair da instituição, porém aprendi e desenvolvi com o passar do tempo um ideal de policial não militar, mas um bom policial social.

Infelizmente a polícia militar não dispõe de planejamento para o seu público interno, mas com a chegada do programa Ronda do Quarteirão essa parte procura de forma muito lenta se desenvolver.

O público alvo do programa “Ronda” é verdadeiramente a população que é o verdadeiro cliente da polícia da nova filosofia de policiamento de aproximação.

A comunidade tem o diálogo com os policiais do Ronda através do telefone que estar equipado na viatura, falando diretamente com o policial daquela área de atuação e verbalizando diretamente com os policiais que fazem visitas domiciliares. Em relatos, podemos perceber que:

A abordagem policial é feita de forma preventiva e enérgica quando preciso. A abordagem a suposto cidadão é diferente de uma abordagem a grupos criminosos. Na primeira é uma identificação, no segundo temos convicção de que são bandidos em atuação criminosa.

O fenômeno de aproximação é constante em relatos, tanto da comunidade como do efetivo policial militar. Percebemos o nítido afastamento do aparelho policial militar de outrora, com ações enérgicas e repressivas, necessitando ter um trato humano com a população que chega a estranhar a aproximação de militares em sua residência, visto achar ser algum procedimento investigativo ou que seus vizinhos possam ter em mente que se trate de alguma infração. Há a prática da filosofia de aproximação comunitária para agir preventivamente. Por isso, é importante a Polícia de aproximação que usa a filosofia de policiamento comunitário prevenindo o crime antes que ele aconteça diferente da polícia tradicional, reativa que atua depois que acontece o crime. Pois fazer policiamento comunitário é fazer prevenção antes da abordagem.

Não existem muitos treinamentos para abordagem de como deveria ser o policial. É pouco treinado e somente na academia de formação onde deixa muito a desejar esse treinamento. O Brasil é signatário aos direitos humanos internacionais que rege que o policial, a cada três meses, deve ter prática de tiro, e questiona o entrevistado, argüindo se saberia qual foi a última vez que atirou pela polícia militar. Surpresa foi a resposta; “Há onze anos atrás”. Mesmo com o pouco tempo de operação o Ronda passou por algumas mudanças na tentativa de otimizar seus trabalhos e atendimento a população.

No início do Programa Ronda eram três policiais por viaturas. Atualmente tiraram um integrante, o que é taticamente inoperante, pois sempre aprendi que o motorista não deve abandonar a viatura e quem fará a segurança do segundo policial que é o comandante da viatura e patrulheiro quando esse policial estiver ocupado, cuidando das ocorrências que são mandadas pelo computador da viatura e telefones que atende da população que fala diretamente com o policial.

Esse é um relato de um militar que se sente coagido em seu trabalho e inseguro diante das dificuldades de treinamento e operações na rua. O manual de operações táticas de abordagem militar rege que a abordagem deve ser segura, em vantagem, com segurança e enérgica. Tal procedimento fica inviável diante das condicionantes presenciadas na realidade cearense. “Dois homens em uma viatura é inviável para a abordagem”, enfatiza, visto ter sido treinado em moldes diferentes e esse modelo de policiamento não está condizente com a própria segurança dos militares.

Cada área de três quilômetros quadrados é patrulhada por uma viatura com dois policiais, que não podem sair daquela área de atuação, salvo, com autorização da coordenadoria integrada de operações de segurança (CIOPS).

Existe, sim, um plano para desenvolver a polícia de aproximação, porém não está de acordo com a filosofia de polícia comunitária, pois o Ronda hoje é empregado como polícia de emergência para atender a maioria das ocorrências que são passadas pela (CIOPS) para as viaturas do Ronda. Desta forma, O Ronda não está sendo utilizado para agir no policiamento comunitário, para o qual foi criado, mas para agir nos mesmos moldes da polícia tradicional. Estas emergências e ocorrências de maior gravidade deveriam ser destinadas para a polícia tradicional, chamada de policiamento ostensivo geral (POG), e não para o Ronda, como tem acontecido.

Como já foi mencionado as viaturas são equipadas com computadores capazes de consultar placas de carros e identificação de pessoas, ajudando as operações policiais no caso de prisões preventivas que estejam em aberto, carros roubados transitando pela cidade. Todo esse aparelhamento inovador apresentado não somente para o Ronda, mas como nova proposta de filosofia de atuação da segurança pública para o estado do Ceará, as bases estruturais e de filosofia pretérita são resistências para a transformação e concreta mudança de atitudes, como relata um militar:

Temos várias dificuldades no Programa Ronda do Quarteirão, pois veio com uma nova proposta de polícia, mas não reformulou o seu público interno que são os policiais militares, o qual a última palavra deixa a desejar e comprometer o programa que é o militarismo usado nos muros dos quartéis.

Apesar de ser um novo modelo de policiamento, existe a intenção de criar uma nova polícia, seja pela nova política de segurança pública mundial, seja pelo

governo estadual. Analisamos pelos muros dos quartéis a crise identitária que gerou entre os policiais tidos como “antigos” e novos policiais, com fardamento e salários diferenciados, logo no início do programa, pois percebem remuneração diferenciada de acordo com o turno trabalhado.

A carga horária dos Rondantes também é alvo de críticas por parte dos próprios policiais, pois está muito alta, vindo a prejudicar todo o programa, pois vários policiais estão em alto nível de estresse e perderam as particularidades de suas vidas sociais e de lazer com a família, levando vários policiais militares a hospitais psiquiátricos.

Os policiais entrevistados relatam algo em comum e tratam a situação como muito complexa e conflituosa para a corporação: a relação do militarismo com a polícia comunitária

Hoje vivo numa transição policial onde posso ser policial comunitário em diversas horas, porém tendo que atuar como policial reativo em diversas ocorrências do dia a dia. Sinto-me um pouco renovado porém o comando ainda passa um velho policiamento arcaico, com militarismo o que prejudica a forma de polícia comunitária, pois no policiamento de aproximação o policial deve exercer a sua função na área que trabalha como um policial líder, o que o militarismo não permite, pois continuamos dando satisfação ao comando e não a comunidade, como deve ser a filosofia de polícia comunitária.

Sintetizamos nessa fala a expressão situacional dos militares que entrevistamos e, de modo geral, encontram-se desmotivados com o militarismo, mas esperançosos com a proposta comunitária, sem perder de vista a atividade fim da polícia militar que, além de combater a criminalidade, é quem lida diretamente com a população e seus atendimentos tornam-se termômetros da sociedade. Daí a importância da visita comunitária, em que o policial tem contato direto com a sociedade, como veremos os relatos do item seguinte.

5.2 Visita Comunitária

A pesquisa foi prioritariamente realizada em uma comunidade da periferia de Fortaleza que é atendida pelo Programa Ronda do Quarteirão, especificamente a atendida pela RD 1043, mas contando com aparato geral da área de Antônio Bezerra, conforme figuras apresentadas em anexo que perfazem a atuação limítrofe dessa viatura, em especial. Com a pesquisa foi colhida diversas opiniões e fatos dos moradores do bairro de Autran Nunes, com maior ênfase.

Da mesma forma que os militares, foi utilizado o procedimento de suprimir informações, mesmo iniciais de nomes, dos entrevistados para que pudessem se sentir à vontade para expressar opiniões e sugestões. Mesmo com a atuação comunitária nos bairros ser algo crescente, populares ainda se sentem receosos com a atitude da polícia.

Vejamos alguns relatos principais que buscamos sintetizar, seguindo a metodologia do formulário aplicado a cada entrevista (anexo), de forma tal que configurasse depoimentos. Mesclamos opiniões e relatos para transformá-los em texto, conforme a estrutura a seguir:

“Moro no bairro há mais de 30 anos, e não vejo nenhuma política social de desenvolvimento para os nossos jovens aqui do bairro que cada vez mais se envolvem na criminalidade”.

“Depois que o programa Ronda do Quarteirão passou atuar aqui no bairro melhorou um pouco a sensação de insegurança, os policiais passaram a fazer mais patrulhas aqui no bairro.”

“O Ronda visita as casas, e nós passam informações para termos um melhor conhecimento. Eu, por exemplo, sei até o nome dos policias que estão na área, o soldado [*relata o nome do soldado com carinho e relação de proximidade*] é um deles e já fez diversas prisões aqui no Autran Nunes, o pior é a justiça que solta”.

“A Ronda sempre visita na minha residência, eles são mais educados mais me preocupo, pois no bairro existem vários bandidos e eu tenho medo de represarias”.

“Eles ofertam mais segurança, pois apesar de achar poucas viaturas para o bairro a segurança melhorou um pouco”.

“Não, a população não motiva a segurança; tem moradores aqui do bairro que não tem coragem de fazer denúncias, sabem quem são os bandidos, mas não ligam para o ronda, aqui o meu vizinho que tem um comércio já foi assaltado várias vezes e não denuncia, acho que por medo dos bandidos, pois eles sempre voltam, muitos já foram até presos pelo Ronda, mas a justiça solta”.

“Tenho problemas, sim, com violência. Minha filha já foi assaltada aqui no ponto de ônibus em frente a minha própria casa. Dois ladrões levaram o celular novinho que ela tinha acabado de comprar e ainda agiram com violência”.

“Graças a Deus, na minha família não tem nenhum viciado, mas na minha vizinhança tem vários garotos que consomem várias drogas, inclusive a mais usada por eles é o crack”.

“Já sofri violência sim. Outro dia estava trabalhando no meu comércio, pois vendo peixe e um ladrãozinho cara de pau roubou um peixe meu, mas graças a Deus o Ronda prendeu, foi a Ronda 1043 que atua aqui na bairro”.

“Estou muito preocupado com a segurança, pois não podemos mais sair nem na calçada e minhas filhas que já foram diversas vezes roubadas e me preocupo com os meus netos que estão por vim.”

“Procuro sempre denunciar os bandidos da área para o Ronda, sempre ajudando a polícia, pois me preocupo com a segurança do meu bairro. Outro dia, eles assaltaram um cidadão trabalhando e humilharam o rapaz, o que é terrível para um cidadão ser chamado de bandido, uma inversão de valores.”

“O governador Cid Gomes realmente equipou a polícia, mas faltam muitos equipamentos individuais, e investir no homem e não na máquina. Os policiais ganham muito pouco no Brasil e aqui no Ceará não é diferente.”

“Não confio na polícia civil e nem militar, esse Ronda aí é muito despreparada, já fiz diversos boletins de ocorrências, a respeito de roubos e nunca

investigaram, nem me ligaram para dar uma satisfação se acharam o bandido ou o meu celular que foi roubado, nem investigaram tenho certeza disso. Meu caso como de muitas pessoas que são vítimas de roubos viram estatísticas de polícia e de roubos da Secretaria de Segurança Pública”.

“Confio mais na polícia militar, eles são mais ágeis apesar de ter vários policiais corruptos trabalhando na polícia militar o que não deveriam ter o privilegio de usar a farda da polícia”.

“Acredito que o “Ronda” veio para ficar, pois melhorou muito a segurança pública do meu bairro. A questão é que é muita vagabundagem para a polícia combater. O governo deveria botar mais policiais na área, ampliando o Ronda do Quarteirão que é um policiamento que se mostra eficiente, espero que não seja somente uma política de segurança de governo eleitoreira, mas que continue diante de outros governos. Acredito no Ronda e ele realmente veio para ficar”.

“Não confio no Ronda do Quarteirão, só os vejo passeando naquela hilux, com o ar condicionado ligado e namorando com as meninas aqui do bairro e é igual a outra polícia autoritária; chegaram até invadir domicílios sem autorização do proprietário; é farinha do mesmo saco. O governador Cid Gomes prometeu uma Polícia de Quarteirão; cadê a Ronda do meu Quarteirão são todos corruptos.”

“Já presenciei diversas abordagens aqui no bairro do Ronda; eles são muitos arbitrários, batem e tratam mal as pessoas, usam da força desnecessária. Outro dia abordaram um morador aqui do bairro com se ele fosse vagabundo, só porque é pobre; se fosse na Aldeota seria um outro tratamento.

É merecedor de destaque que, de acordo com as pesquisas relacionadas tanto da entrevista dos Policiais do Ronda do Núcleo comunitário da 6 CIA, do 5 BPM, quanto os moradores do bairro Autran Nunes existem depoimentos divergentes. Percebemos que a instituição Polícia Militar acaba por não qualificar seus policiais com treinamentos, de abordagens, práticas de tiros, além de priorizar uma carga horária exausta e não seguir reconhecimentos como, promoções, elogios etc. refletindo todo o tratamento que é dado nas ocorrências e no atendimento de pronta resposta da comunidade em si.

No segundo que é a entrevista dos moradores, percebe-se a ausência do poder público; as políticas de segurança são direcionadas de acordo com o fator econômico da população e propagando a justiça seletiva ao meio dos envolvidos.

De maneira geral, a análise dos dados e entrevistas aqui apresentados nos leva a concluir que a segurança pública pode ser compreendida como a cultura de valorização dos profissionais de segurança pública; que os policiais entrevistados falam sobre o seu dever como policial a consciência humanística e o sentimento de honra que passou a ter por ocasião da implantação de uma nova polícia com filosofia de aproximação, mesmo com vários problemas detectados durante a entrevista dos policiais .

A segurança pública é elemento fundamental para promover o bem estar social e o que é importante e indispensável é a participação social da polícia e comunidade, agindo juntos para combater a violência que assola a nossa cidade, o nosso Estado e o nosso País.

Os entrevistados, tanto os policiais militares integrantes do programa Ronda do Quarteirão, quanto os cidadãos moradores de um bairro de periferia sem nem um tipo de desenvolvimento de políticas sociais retratam a polícia como única presença do Estado em suas vidas diárias que entram muitas vezes para usar da violência policial.

Hoje, a polícia é vista como integrante daquela comunidade com uma política de maior aproximação passando confiança e desconfiança para aqueles moradores e a maioria dos próprios moradores que passam a acreditar naquela nova polícia, conhecendo o policial por nome, falando diretamente com o policial no celular da viatura, dando credibilidade na hora de fazer uma denúncia, sem precisar identificar-se. Pois muitos temem a represarias após fazerem uma denúncia que, como foi relatado, vários moradores foram vítimas de homicídios porque denunciaram atos de bandidos que cometeram diversos crimes na comunidade: roubos, furtos e arrombamentos, pregando uma política do medo que o bandido é quem manda na favela e quem denunciar morre, depoimento usado por diversos moradores do bairro Autran Nunes.

Diante das entrevistas analisadas podemos perceber que o programa Ronda do Quarteirão teve uma boa aceitação pela comunidade apesar de alguns empecilhos e

obstáculos institucionais, merecendo, portanto, maior empenho e investimento por parte de seus comandos para que, de fato, se implante e se propague uma “polícia da boa vizinhança.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alguns pontos relevantes merecem reflexão quando avaliamos a instituição policial militar que foi criada em 24 de maio de 1835, quando ainda o Ceará era província e essa instituição foi passando por diversas transformações, chegando com 174 anos de história prestados a sociedade cearense.

De acordo com os estudos realizados, é importante observar que o programa Ronda do Quarteirão implantado pelo governo Cid Gomes como policiamento comunitário ou polícia de aproximação com o povo, teve bom começo se comparado com outras políticas públicas de segurança por governos anteriores .

Conforme dados oficiais, o Ronda do Quarteirão “a polícia da boa vizinhança”, como chama o governo Cid Gomes, foi implantado em todos os 15 municípios da região metropolitana de Fortaleza (RMF) e nos municípios cearenses que têm mais de 80 mil habitantes: Sobral, Juazeiro do Norte, Crato, Canindé, Barbalha, Iguatu, Itapipoca e Crateús.

A promessa de campanha, no entanto, não alcançou sua meta, traduzido pelo próprio governo de polícia da boa vizinhança. E não só pelo olhar da população, mas pelos próprios policiais militares que tiveram um incentivo no início do programa como gratificação e a promessa de uma carga horária justa, que não se concretizou, ou seja, na nova forma de trabalhar, pensando comunitariamente, porém não desenvolvendo a polícia comunitária institucionalmente. Seja no novo modo de abordagem de policial pacificador da paz, transformando e deixando muito a desejar aquele velho modelo de policiamento tradicional e autoritário.

A escolha pelo tema ocorreu pelo fato de analisar um novo modelo de polícia, lançado como Ronda do Quarteirão, que segundo as pesquisas foi bem aceito pela sociedade cearense no início, especialmente em relação a idéia de ter um policial mais bem equipado e preparado para combater a criminalidade aos modos pacificador. Mas logo nos primeiros meses, após seu lançamento, vieram diversas denúncias de desvios e truculência por parte dos policiais do Ronda do Quarteirão.

O desafio tem sido ampliar a qualificação e autonomia desses policiais que ainda tem que reproduzir as práticas tradicionais de ostensividade de seu trabalho em detrimento do policiamento de proximidade. Neste sentido, a população tem percebido as incongruências do modelo, as práticas truculentas e tradicionais ainda perduram e, daí, passa a desacreditar novamente da polícia. O desafio é retornar a idéia inicial.

A pesquisa rendeu resultado de aprendizagem e foi proveitoso, visto que as informações postas neste projeto foram obtidas por meio de consultas bibliográficas e, principalmente, a três encontros interativos com a organização, sendo o primeiro uma visita na Secretaria de Segurança Pública que sedia o batalhão de polícia comunitária (BPCOM), conhecendo o seu comandante, policiais, equipamentos e setores; o segundo se deu numa entrevista aos policiais do Ronda que atua no programa e o terceiro com outra entrevista com moradores de um bairro periférico de Fortaleza, “Autran Nunes,” que recebeu o novo modelo de polícia que nos disponibilizou importantes informações com dados referentes ao programa de como foi recebido pela comunidade.

Pelas razões expostas, cremos ter atingido o objetivo esperado de qualificar o Programa Ronda do Quarteirão não como policiamento comunitário por fugir alguns pontos da filosofia de polícia comunitária, mas de acordo com a análise aqui proposta, o “Ronda” é um novo modelo de polícia, uma renovação policial, pois a verdadeira polícia comunitária deveria ser propagada por toda a instituição. Ou seja, toda polícia deveria ser comunitária e não somente um programa de governo como podemos observar que é o “Ronda” com a perspectiva de Batalhão de polícia comunitária, que ainda não foi criada por lei. No caso, a lei de organização básica da polícia militar (LOB), e que toda polícia militar do Ceará deveria ser e ter filosofia de polícia comunitária. Por fim, desenvolver o policiamento comunitário que são as formas de aplicar a polícia de aproximação, ou seja, a polícia comunitária.

Um outro ponto positivo que merece ser destacado é a contribuição de alguma forma com o levantamento de reflexões sobre este tema, possibilitando conhecimento específico do Programa Ronda do Quarteirão como ele foi implementado e às expectativas apresentadas a realização desse projeto.

Concluimos que o Programa Ronda do Quarteirão é um novo modelo de policiamento, não desenvolvendo totalmente a filosofia de polícia comunitária,

necessitando de uma descentralização do comando para que disponha de liberdade de agir junto com a comunidade conforme a realidade local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, S. **Monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea.**

ALMEIDA, R. de O; Brasil, G. M. Polícia e comunidade. In: BARREIRA, C. (org). **Questão de Segurança:** políticas governamentais e práticas sociais. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ALMEIDA, Rosemary. Cidadania e policiamento comunitário. In: Curso Segurança, Violência de Direitos. **Fascículo 09.** Publicado pela Fundação Demócrito Rocha. Universidade Aberta do Nordeste Ensino a Distância, Fortaleza, 2007.

Associação Brasileira de norma técnicas (ABNT) / **NBR 15287**, de 30/01/2006- projeto de pesquisa.

AZEVEDO, Marco Antônio de. **Concepções sobre criminalidade e modelos de policiamento:**18-25, <http://portal.revistas.bvs,2003>.

BEATO, C.C. **Reinventando a polícia:** A implementação de um programa de policiamento comunitário. Crisp centro de estudos de criminalidade e segurança, artigos, UFMG, Belo Horizonte.

BEZENO, C. Poder de polícia.São Paulo: Revista dos Tribunais,1979

BOUERI, A. G. Polícia comunitária muda realidade em bairro Paulista. Disponível em: <http://www.comunidadessegura.org/>. Acesso em: 15 de outubro de 2009

BRASIL, M. G. M. **As crises na segurança pública:** mudanças e permanências. Políticas públicas e sociedade (Fortaleza).

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Glauciria Mota. **Polícia,** controle social de direitos humanos. In: Curso Segurança , Violências e Direitos. Fascículo 08. Publicado Pela Fundação Demócrito Rocha. Universidade Aberta do Nordeste Ensino a Distância, Fortaleza, 2007.

ELIAS, N. o processo civilizador. Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

Emanuel Bruno Lopes de Sousa 1; Maria Glauciria Mota Brasil 2. In: MiCELLI, S. (org.). **O que ler na ciência social brasileira.** 1970-2002. São Paulo:Anpocs. Ed. Sumaré;brasília: Capes, 2002.

Inovações nas estratégias de policiamento: A criação do programa Ronda do Quarteirão.

Jornal **o Povo** de 25 de Junho de 2008.

OLIVEIRA, José Cláudio, **As policias Militares e a segurança Interna**, Subsídios para a História da PMCE. Imprensa Oficial do Ceará, Fortaleza 1979.

OLIVEIRA, José Ferreira de. **As Políticas de Segurança e os Modelos de policiamento**: a Emergência do Policiamento de Proximidade. <http://portal.Revistas.bvs>, 2003.

Oliveira, N. V. **Policiamento comunitário**: experiências no Brasil (2000-2002). São Paulo: Página viva, 2002.

Polícia Brasileira cujo titulo foi “polícia Bandida” (**veja**, 04/08/99)

Projeto “**Segurança pública, Direitos Humanos e Cidadania**” Alvinio Oliveira Sanches Filho

Pt. Wikipedia. Org/wiki/ Ronda do Quarteirão, A Enciclopédia Livre.

ROLIM, M. A **Síndrome da Rainha Vermelha**: policiamento e segurança pública no século XXI. Rio de Janeiro: J. Zahar; Oxford, Inglaterra: University of Oxford, Centre for Brazilian, 2006.

Seis Meses do Ronda (O Jornal **O Povo**), de 06 de Março de 2007.

Texto-Base, da 1º Conferência Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, Brasília 2009.

www. Ceará. Gov.br/ portal.../ Ronda do Quarteirão.

ANEXOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

Ronda do Quarteirão:

Proposta de polícia comunitária ou um novo modelo de policiamento?

FORMULÁRIO DE PESQUISA

ENTREVISTA 1 – POLICIAIS INTEGRANTES DO RONDA

1. Qual o seu nome, função e há quanto tempo atua na Polícia Militar?

2. Como foi a sua preparação para atuar no Programa Ronda do Quarteirão?

3. Por que, você resolveu entrar para os quadros da polícia militar?

4. A polícia militar dispõe de um planejamento para o seu público interno?

5. Você se sente um policial renovado ou tradicional?

6. Qual a carga horária de trabalho?

7. Qual è o público alvo do programa Ronda do Quarteirão?

8. Existe algum trabalho social com a comunidade?

9. Como é feito o dialogo com a comunidade?

10. Como é feito o contato com os clientes, ou seja, a comunidade?

11. Existe um canal de atendimento com o cidadão?

12. Como é feita a abordagem policial?

13. Existe treinamento para esta abordagem?

14. Quantos policiais há na patrulha?

15. Existe planejamento para desenvolver a policia de aproximação?

16. Existe a intenção de criar uma nova policia

17. Quais são as dificuldades encontradas pelo programa ronda?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

Ronda do Quarteirão:

Proposta de polícia comunitária ou um novo modelo de policiamento?

FORMULÁRIO DE PESQUISA

ENTREVISTA 2 – VISITA COMUNITÁRIA

1. Qual seu nome, e há quanto tempo mora no bairro?

2. Como você vê as políticas sociais do seu bairro é desenvolvida alguma?

3. Como você vê o Programa Ronda do Quarteirão na sua comunidade?

4. Você acha que houve alguma mudança na segurança do bairro após a chegada do Ronda?

5. Os policiais do Ronda do Quarteirão, já lhe visitaram?

6. Como foi essa visita?

7. Quais os benefícios ofertados pela policia?

8. Você vê alguma motivação da população em segurança pública?

9. Você tem algum problema com insegurança pública?

10. Você já sofreu alguma violência?

11. Qual a sua preocupação com a segurança pública?

12. Você faz alguma coisa para mudar esse quadro?

13. Como você vê a política de Segurança Publicado governo Cid Gomes?

14. Você confia na instituição de Segurança pública PM?

15. Você acha que o Ronda veio para ficar ou é só mais uma política de governo?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

ÁREAS DE ATUAÇÃO

6ª CIA DO 5º BPM

ÁREA 1040 VILA VELHA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

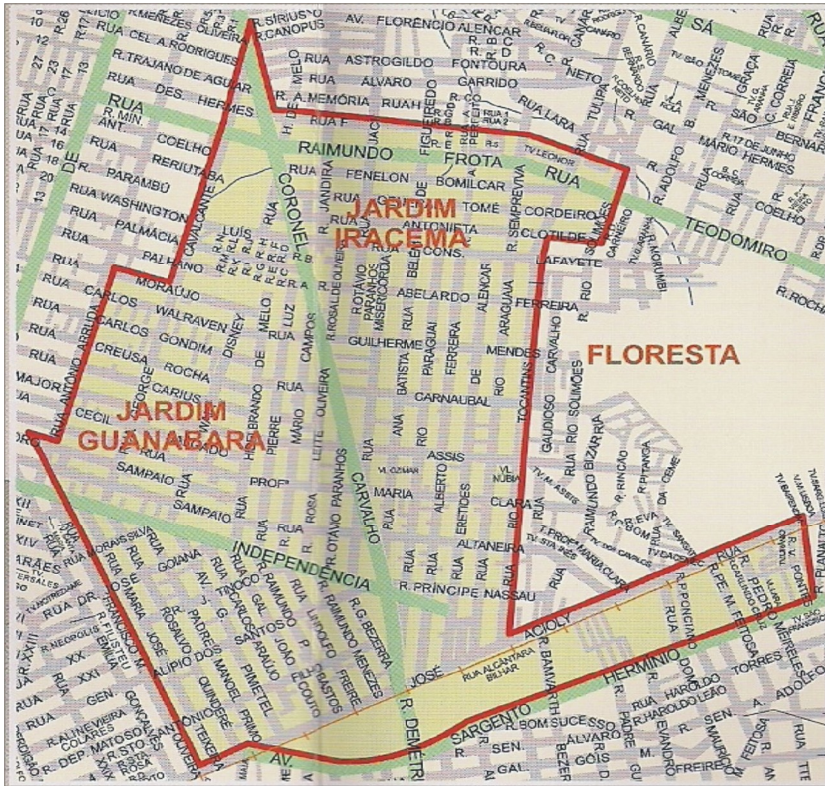
RONDA DO QUARTEIRÃO:
Proposta de polícia comunitária ou um novo modelo de policiamento

FRANCISCO RIVANILDO MOURA BRITO

Profa. Dra. Rosemary de Oliveira Almeida orientadora

RONDA DO QUARTEIRÃO | A POLÍCIA DA BOA VIZINHANÇA

Governo do Estado do Ceará
Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social



ÁREA 1041 JARDIM GUANABARA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO
EM POLÍCIAMENTO COMUNITÁRIO

RONDA DO QUARTEIRÃO:

Proposta de polícia comunitária
ou um novo modelo de policiamento

FRANCISCO RIVANILDO MOURA BRITO

Profa. Dra. Rosemary de Oliveira Almeida
orientadora

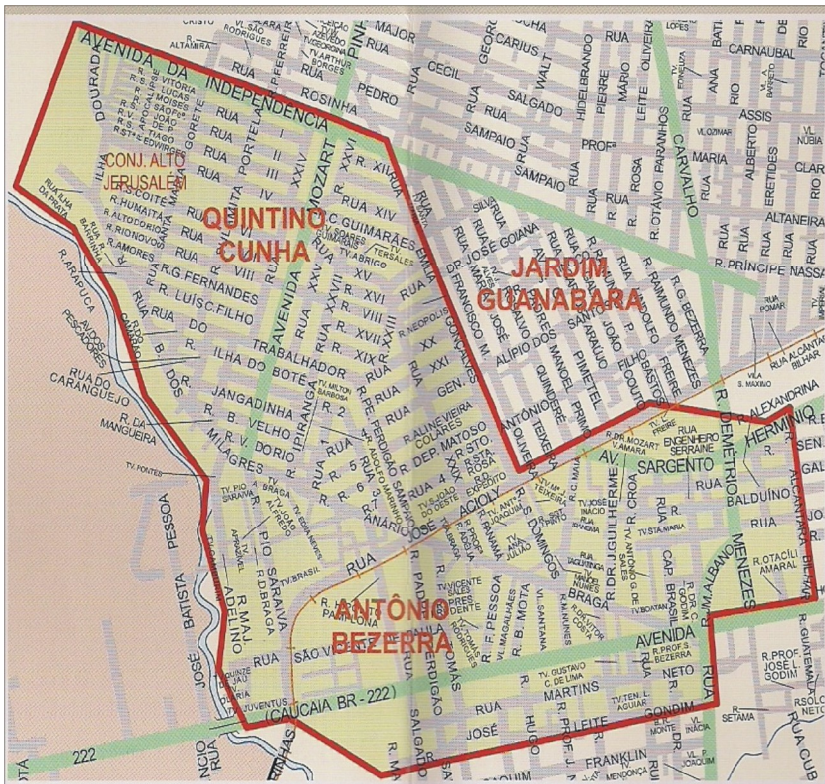
RONDA DO QUARTEIRÃO

A POLÍCIA DA
BOA VIZINHANÇA



Governo do
Estado do Ceará

Secretaria da Segurança Pública
e Defesa Social



ÁREA 1042 QUINTINO CUNHA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO
EM POLÍCIAMENTO COMUNITÁRIO

RONDA DO QUARTEIRÃO:

Proposta de polícia comunitária
ou um novo modelo de policiamento

FRANCISCO RIVANILDO MOURA BRITO

Profa. Dra. Rosemary de Oliveira Almeida
orientadora

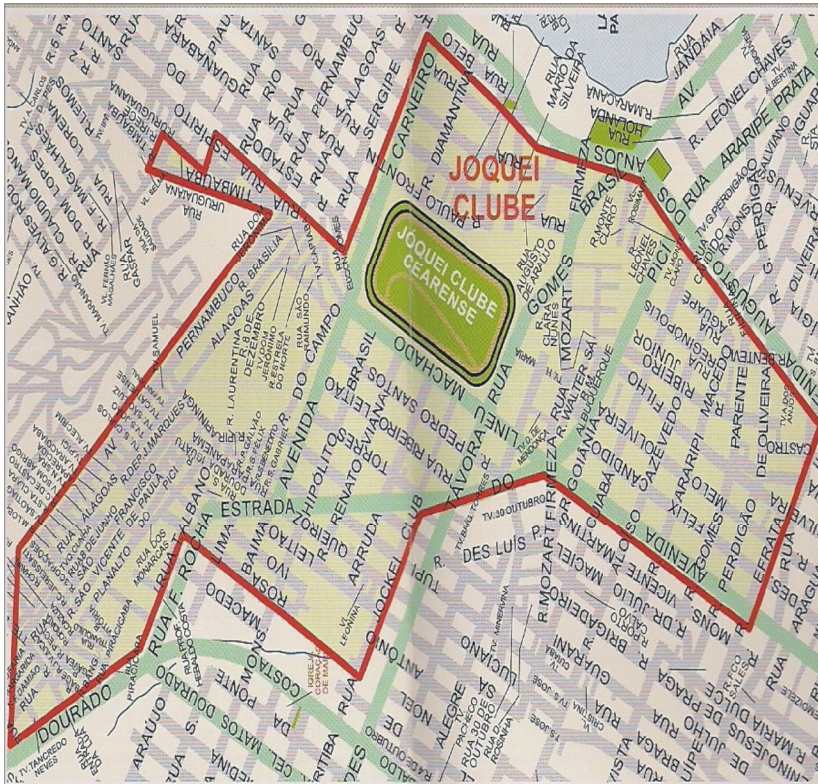
RONDA DO QUARTEIRÃO

A POLÍCIA DA
BOA VIZINHANÇA



Governo do
Estado do Ceará

Secretaria da Segurança Pública
e Defesa Social



ÁREA 1045 JÓQUEI CLUBE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO
EM POLÍCIAMENTO COMUNITÁRIO

RONDA DO QUARTEIRÃO:

Proposta de polícia comunitária
ou um novo modelo de policiamento

FRANCISCO RIVANILDO MOURA BRITO

Profa. Dra. Rosemary de Oliveira Almeida
orientadora

RONDA | A POLÍCIA DA
DO QUARTEIRÃO | BOA VIZINHANÇA



**Governo do
Estado do Ceará**

Secretaria da Segurança Pública
e Defesa Social



ÁREA 1046 PADRE ANDRADE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO
EM POLÍCIAMENTO COMUNITÁRIO

RONDA DO QUARTEIRÃO:

Proposta de polícia comunitária
ou um novo modelo de policiamento

FRANCISCO RIVANILDO MOURA BRITO

Profa. Dra. Rosemary de Oliveira Almeida
orientadora

RONDA | A POLÍCIA DA
DO QUARTEIRÃO | BOA VIZINHANÇA



**Governo do
Estado do Ceará**

Secretaria da Segurança Pública
e Defesa Social